

Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA)

luanapatriolino.df@dabr.com.br

Tarefa hercúlea

No segundo semestre de 2020, durante o governo de Jair Bolsonaro, foi encaminhada ao Congresso uma proposta de Reforma Administrativa, paralisada durante a pandemia de covid-19. A PEC traz regras transitórias e prevê a atuação dos entes federativos na regulamentação, já que alguns dispositivos — como exigência da criação de novos regimes jurídicos específicos para servidores —, se aprovados, dependerão de regulamentação posterior à eventual promulgação. Mais parece um dos 12 trabalhos de Hércules.

Isso de novo

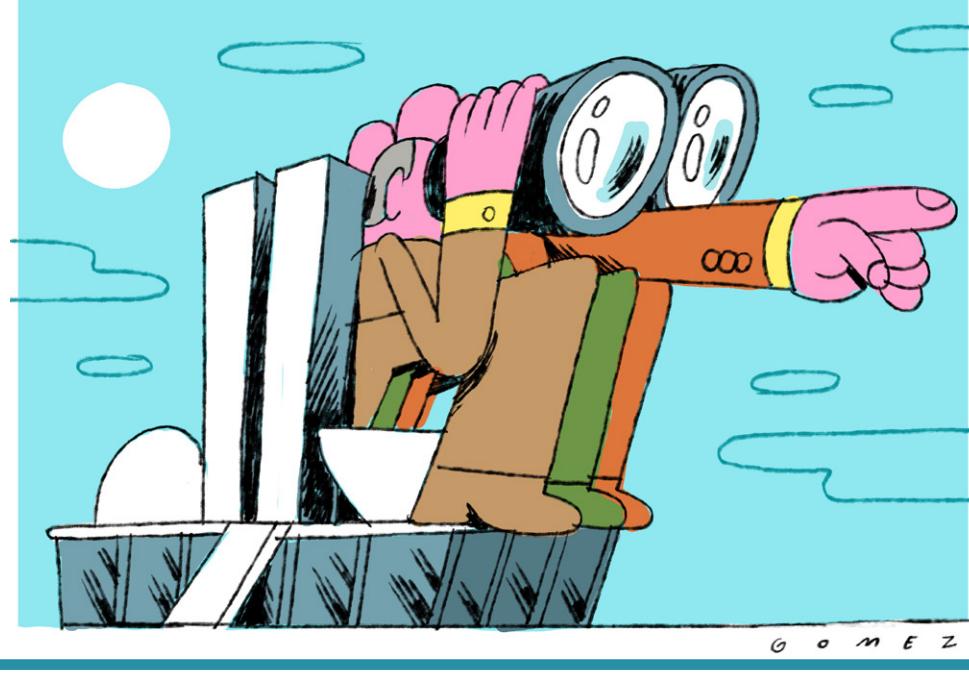
O deputado federal Bibo Nunes (PL-RS) ressuscitou, ontem, o debate do voto impresso no Brasil — questão superada, morta e enterrada pelo Congresso. O parlamentar protocolou um projeto de lei para reintroduzir a cédula de votação no país, acabando com o sistema eletrônico. Ele usou como argumento o fato de os Estados Unidos ainda adotarem o papel nas eleições. Citou, também, a eleição argentina — em que venceu o ultradireitista Javier Milei. As chances de isso ir adiante? Bem...

Perto do arquivo

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) adiou, mais uma vez, o julgamento de recurso interposto por membros do Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) contra o arquivamento da reclamação disciplinar sobre o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior, que pegou carona no jatinho do empresário mineiro Lucas Prado Kallas. A deliberação do caso estava prevista para a semana passada, mas foi retirada de pauta sem definição de uma nova data. A Corregedoria havia engavetado os pedidos de investigação contra o procurador e decretou sigilo para blindar os envolvidos. Apesar das pressões, a expectativa é que seja arquivado novamente.

Outra reforma no radar

Nem só de agenda tributária vive o Congresso. Aos poucos, a Reforma Administrativa vai ganhando espaço entre os parlamentares. Com o aval do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), o projeto altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta dos Poderes de União, estados, Distrito Federal e municípios. Entre os defensores da matéria, o discurso é o de sempre: aumentar a eficiência do Estado por meio de uma maior racionalização dos gastos da máquina pública. Diferentes grupos políticos trabalham para fazê-la avançar — entre eles, a Frente Parlamentar Ruralista. A pressão é grande.



Carona amiga

Kallas é investigado por cinco ações penais, como suspeita em fraude em licitações, corrupção ativa e tráfico de influência. O empresário deu uma carona em sua aeronave para Soares Júnior e sua mulher de Miami para Belo Horizonte. Segundo o pedido de investigação enviado à corregedoria, a situação “não se adequa aos princípios éticos e morais e nem mesmo às disposições legais e regulamentares”. Membros do MP-MG e entidades estão cobrando a quebra de sigilo do processo. Para o Instituto Fórum Permanente São Francisco, “é de extrema relevância” a análise da reclamação disciplinar no CNMP.

Festa e premiação

Os 20 anos do Código Civil serão celebrados em um evento que a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) realizarão, em 13 de dezembro, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília. Serão premiados os juízes e os advogados vencedores do concurso de artigos sobre o tema. A iniciativa chamou a atenção para as transformações sociais que têm levado à atualização das normas.

Deputada inocentada

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para rejeitar denúncia que envolvia a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), em um caso sobre suposto recebimento de valores da empresa Odebrecht e crimes de corrupção passiva, corrupção ativa e lavagem de capitais. Para o ministro relator, Edson Fachin, a ação traz “vácuos investigativos intransponíveis quanto à imputação de que a acusada teria adotado método dissimulado para o recebimento dos valores objeto da prestação de contas à Justiça Eleitoral, mediante a prática do crime de lavagem de capitais”.

Justa homenagem I

A trajetória jurídica do ex-presidente do STF Sepúlveda Pertence, que ajudou a formar gerações de juízes, advogados e procuradores no país nas últimas décadas, é o tema central de um seminário, que começa hoje, às 19h, e termina na quinta-feira, na Faculdade de Direito da UnB. Entre os palestrantes estão o ex-presidente José Sarney, os ministros Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Gilmar Mendes, do STF, e Daniela Teixeira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Também participarão do evento os advogados Fernando Neves da Silva, Aristides Junqueira, Antônio Carlos de Almeida Castro (Kakay) e Nabor Bulhões. Além deles, os professores Menelick de Carvalho Netto, José Geraldo de Sousa Júnior e o ex-deputado Miro Teixeira.

Justa homenagem II

Sepúlveda também foi presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), procurador-geral da República e, como gostava de destacar, vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Depois que deixou o serviço público, Sepúlveda também teve longa atuação como advogado. O seminário é uma iniciativa do Instituto Victor Nunes Leal e da Alumni, associação dos ex-estudantes da UnB.

ATOS GOLPISTAS

Detento do 8/1 morre na Papuda

Bolsonarista teve mal súbito. Moraes requisitou informações

» PABLO GIOVANNI

Um dos presos nos atos golpistas de 8 de janeiro, Cleriston Pereira da Cunha, 46 anos, morreu, ontem, de mal súbito, durante banho de sol no Centro de Detenção Provisória (CDP) 2, no Complexo Penitenciário da Papuda.

Cleriston é irmão do vereador Cristiano do Ramalho (PSD), do município de Feira da Mata, oeste da Bahia. Conhecido como “Clezaõ do Ramalho”, ele morava no Distrito Federal havia mais de 20 anos e fazia uso de medicação controlada porque sofria de diabetes e hipertensão. Outros detentos tentaram ajudá-lo antes da chegada de socorristas, mas o preso não resistiu e morreu no local.

O bolsonarista, preso dentro do Senado durante os ataques golpistas, tornou-se réu após a Procuradoria-Geral da República (PGR) o denunciar por cinco crimes: associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

Em setembro, a própria PGR se manifestou pela liberdade do detento, que aguardava uma decisão do ministro relator do processo, Alexandre de Moraes. O caso não chegou a ser analisado pelo magistrado do Supremo Tribunal Federal (STF).

A morte de Cleriston foi comunicada à mulher e às duas filhas. A informação foi encaminhada ao STF pela juíza Leila Cury, da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal.

De acordo com a Secretaria



Cleriston usava medicação controlada contra diabetes e hipertensão

de Administração Penitenciária do DF, Cleriston era acompanhado por equipe multidisciplinar da Unidade Básica de Saúde da Papuda desde sua detenção, em janeiro.

Pedidos do STF

Comunicado sobre a morte, Moraes requisitou à Papuda informações detalhadas a respeito do caso, inclusive com cópia do prontuário e relatório médico dos atendimentos recebidos pelo detento na prisão.

Aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) reagiram à morte de Cleriston com críticas ao STF e a Moraes.

O senador e ex-vice presidente Hamilton Mourão (Republicanos-RS) criticou o fato de Cleriston ainda estar preso até ontem,

mesmo com o parecer da PGR. Segundo Mourão, o falecimento do homem representa uma “burocracia que vem cerceando direitos dos presos”. É preciso uma investigação minuciosa para que esse fato gravíssimo seja esclarecido”, afirmou o general.

O deputado federal Ubiratan Sanderon (PL-RS), presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, questionou os motivos que levaram à morte do preso. “Alguém terá de ser responsável”, afirmou.

Já a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) frisou que o seu gabinete está trabalhando em conjunto com a bancada de oposição ao governo para a realização de uma “apuração dos fatos relacionados a essa infeliz notícia”. (Com Agência Estado)

#18^a

DBN

DESFILE BELEZA NEGRA

MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

24 de Novembro
Horário: 19 Hs
Local: Câmara Legislativa St. de Industrias Graficas - Brasília, DF.

Realização



Parceiros

02

Apoio